



SAÚDE MENTAL DO ADOLESCENTE E ABORDAGEM PROFISSIONAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

ANA BEATRIZ CASAGRANDE; JAQUELINE ARAUJO REZENDE BATISTUTA

RESUMO

Por se tratar de um tema estatisticamente sensível à Saúde Pública, a saúde mental na adolescência requer manejo específico e capacitado por parte dos profissionais diretamente relacionados à assistência em saúde. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde representa referência no diagnóstico, tratamento e acompanhamento das condições correlatas. O objetivo principal deste projeto é identificar se a capacitação da abordagem médica ao adolescente na Atenção Primária à Saúde pode interferir no *status* mental deste paciente. Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, com perspectiva qualitativa, executada mediante consulta ao site da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e ao portal Scielo, utilizando o operador booleano (AND) no formulário de busca avançada associado aos descritores ‘Atenção Primária’; ‘Saúde Mental’; ‘Adolescência’. Utilizou os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados em periódicos científicos da BVS e Scielo entre 2011 a 2022, disponíveis na íntegra por meio de acesso livre, nos idiomas português e espanhol, que, independentemente do delineamento, abordem a temática proposta. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 10 estudos. Identificou-se que a intersetorialidade (especialmente em relação à escola) é alternativa à ampliação do cuidado e coesão das ações implementadas. Além disso, como medidas potenciais foram identificadas a capacitação dos profissionais envolvidos na Saúde Mental de Crianças e Adolescentes e a transversalidade do conhecimento como condições imprescindíveis para o desenvolvimento de uma assistência integral e humanizada, sendo o apoio das instâncias locais de gestão e o redirecionamento de políticas públicas ferramentas essenciais na consolidação dessas ações. Devido às limitações da pesquisa, não foi possível realizar testes de correlação para validar a influência da capacitação dos profissionais na Atenção Primária à Saúde sobre o estado mental de adolescentes. No entanto, análises de dados amostrais e a literatura atual destacam a importância da formação profissional para cuidados abrangentes e humanizados a essa população.

Palavras-chave: Abordagem Profissional; Apoio Matricial; Intersetorialidade; Profissionais da Saúde; Saúde Pública.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência, de acordo com o aspecto cronológico, é classificada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como a faixa etária situada entre doze e dezoito anos (BRASIL, 1990). De acordo com YOSHIKAWA (2020), nessa etapa, eventos traumáticos tornam esses indivíduos mais susceptíveis a desenvolver sintomas de ansiedade, depressão, distúrbios do sono e do apetite, o que pode ocasionar mal desempenho escolar, prejuízo nos relacionamentos familiares e propensão a vícios. Segundo a Organização Mundial da Saúde, é na adolescência que surgem a maior parte dos transtornos mentais, com 50% destes iniciados até os 14 anos (LUCAS *et al.*, 2020). De acordo com essa mesma referência, estima-se que, no

Brasil, cerca de 13% das crianças e adolescentes têm um ou mais transtornos mentais, com predisposição à cronificação dos sintomas, e que apenas 37,5% dos casos graves e crônicos tenham recebido algum tratamento num período de cinco anos (FATORI *et al.*, 2018; PAULA *et al.*, 2015). Diante disso, a assistência à saúde mental na infância e adolescência tem complexidades próprias e difere do trabalho com adultos, tanto pela temática/problemática quanto pela abordagem utilizada (trabalho lúdico e necessidade de acompanhamento com as famílias) (COLTURATO *et al.*, 2018).

Em tese, as Unidades de Saúde da Família (USF), compostas por equipes multidisciplinares, são componentes apropriados para a prevenção, avaliação e manejo dos transtornos mentais na infância e adolescência (FATORI, 2018). Uma experiência descrita por Colturato *et al.* (2018) aponta que a criação de um espaço de acolhimento na unidade de saúde favorece a organização do fluxo da saúde mental infantil, diminui a demanda dos CAPSi e auxilia no acolhimento às angústias dos pais e responsáveis. A proximidade da equipe com a comunidade e a possibilidade de acompanhamento integral e longitudinal permitem a abordagem de fatores intrínsecos associados à etiologia do transtorno. Todavia, se, por um lado, a APS tem grande potencial para atender às demandas desse grupo de pacientes, por outro, estudos apontam que crianças e adolescentes com problemas de saúde mental não são adequadamente diagnosticados na APS devido à falta de preparo dos profissionais envolvidos (MATEUS *et al.*, 2008).

O objetivo deste estudo é identificar se a capacitação da abordagem profissional ao adolescente na Atenção Primária à Saúde (APS) pode interferir no *status* mental deste paciente. A partir de seus resultados e suas conclusões, pretende embasar novos delineamentos de políticas públicas de saúde mental na adolescência e direcionar práticas de ensino para a capacitação dos futuros profissionais na abordagem à saúde do adolescente.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, com perspectiva qualitativa, que pretende efetuar a construção de uma análise ampla da literatura em relação ao tema “abordagem profissional à saúde mental do adolescente na APS”, mediante consulta ao *site* da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), plataforma de cooperação técnica literária em redes da América Latina e Caribe, criada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e coordenada pela BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), e ao portal Scielo, biblioteca digital de livre acesso e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos brasileiros.

No formulário de busca avançada, a estratégia de busca foi executada por meio do operador booleano (AND) associado aos seguintes descritores: ‘Atenção Primária’; ‘Saúde Mental’; ‘Adolescência’. Foram identificados 4073 artigos no *site* da BVS e 58 no portal Scielo. Em seguida, utilizaram-se os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados em periódicos científicos da BVS e Scielo entre 2011 a 2022, disponíveis na íntegra por meio de acesso livre, nos idiomas português e espanhol, que, independentemente do delineamento, abordem a temática proposta. Após a aplicação dos referidos critérios, obtiveram-se 179 artigos na BVS e 43 no Scielo. A partir dos filtros disponibilizados pela própria base de dados do *site* da BVS (‘Assunto principal’; ‘Atenção Primária à Saúde’; ‘Saúde Mental’; ‘Transtornos Mentais’; ‘Adolescente’; ‘Ansiedade’; ‘Depressão’ e ‘Suicídio’), delimitou-se um total de 128 artigos nessa plataforma, não sendo possível replicar o mesmo processo no portal Scielo.

Foram considerados exclusivos os estudos cuja idade dos indivíduos avaliados foge da faixa etária de adolescência, abordagem de condições de saúde que não sejam estritamente de ordem psíquica, emocional ou mental, presença de comorbidades no grupo estudado ou dados

obtidos por outros níveis da assistência que não seja a Atenção Primária à Saúde.

Aplicando-se pontualmente os critérios de exclusão a cada artigo de ambas as plataformas, perfizeram-se, finalmente, 11 artigos do *site* da BVS e 6 do portal Scielo. No entanto, os últimos citados já estavam contemplados no quantitativo obtido através da plataforma anterior, tendo permanecido, para fins de análise, apenas os 11 artigos do *site* da BVS.

Para a avaliação qualitativa dos achados obtidos na revisão bibliográfica, utilizou-se a técnica de análise categorial de Bardin (2011), que dispensa a utilização de ferramentas estatísticas para a verificação de confiança dos dados inferidos. Não se aplica a utilização de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelo fato de não prever a participação direta de indivíduos. Portanto, do aspecto ético, não houve ocorrência de incômodo, intimidação, subordinação, previsão de benefícios ou riscos potenciais envolvendo seres humanos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra final é composta por 10 artigos, selecionados para o presente estudo a partir dos critérios de inclusão predefinidos. Em relação à base de dados científicos de procedência, 6 artigos estão disponíveis tanto no site da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) quanto no portal Scielo; 3 apenas na BVS e 1 unicamente na Scielo. A população informada nos artigos designados é majoritariamente composta (7 dos 10 artigos) por trabalhadores da APS que, de algum modo, têm contato com as demandas de Saúde Mental da Criança e do Adolescente (SMCA) (amostra variando de 7 a 53 participantes, respectivamente), e professores do ensino fundamental e médio (15 participantes). Do restante, 2 artigos referem-se à pesquisa efetuada com alunos/crianças (21 e 7 participantes, respectivamente) e 1 artigo trata-se de uma revisão integrativa de literatura (6 publicações). Os estudos em pauta foram desenvolvidos em três países diferentes, sendo 2 da América do Sul (Brasil e Chile) e 1 da América Central (Cuba). Quanto ao ano de publicação, 2 artigos foram divulgados entre 2011 e 2012, 1 entre 2013 e 2014, 1 em 2017, 2 em 2019 e, para 4 deles, não foi adotado nenhum recorte temporal.

Em relação ao tipo de estudo executado, predominaram os observacionais (8 no total), com abordagem analítica do tipo caso controle. Os outros 2 estudos avaliados, auto classificados como descritivos, correspondem, respectivamente, a uma revisão integrativa de literatura, e um estudo do tipo ecológico. Segundo a técnica de análise categorial de Bardin (2011), os trabalhos foram agrupados em cinco eixos temáticos: 1. Trabalho interprofissional em Saúde Mental; 2. Integralidade do cuidado em Saúde Mental; 3. Intersetorialidade do cuidado em Saúde Mental; 4. Transversalidade no cuidado em Saúde Mental; e 5. Trabalho uniprofissional em Saúde Mental. Observa-se a limitada disponibilidade de publicações nos idiomas citados e nas referidas plataformas abordando o assunto em questão.

Os resultados obtidos sinalizam para a escassez de produções acadêmicas do tipo intervencionista, que permitam a aplicação de testes de hipótese para determinar se a intervenção teve um desfecho significativo em relação ao grupo de controle, evidenciando a tendência à centralização em estudos observacionais analíticos, os quais, por sua vez, apresentam limitações quanto à elaboração de propostas de intervenção. Em 4 dos artigos selecionados, não houve menção ao período de realização ou duração da coleta e análise dos dados. Além dessas limitações, observaram-se em todas as publicações um tamanho amostral reduzido e uma escassa diversidade de núcleos profissionais abordados. Também foram observadas limitações relacionadas à coleta de dados, seja pelo emprego da técnica grupal de abordagem (4 estudos), ou pela aplicação de entrevistas instrumentalizadas por questionários semiestruturados (5 estudos), podendo implicar em viés de resposta ou viés do entrevistador.

A categorização dos documentos em 5 eixos temáticos possibilitou a comparação dos

estudos e a identificação de recomendações como propostas de intervenção ou prospecções futuras. Neste sentido, nota-se que 3 dos eixos abordados (8 artigos), citam a intersetorialidade (especialmente em relação à escola) como alternativa à ampliação do cuidado e coesão das ações implementadas. Um estudo conduzido por Silva *et al.* (2019), não incluso na amostra, envolvendo a promoção da saúde mental através do Programa Saúde na Escola, por meio da discussão de tópicos associados à ideação suicida e *bullying*, ilustra a relevância de ações intersetoriais nas demandas de SMCA. Dois eixos tratam a transversalidade do conhecimento (3 artigos) como característica inerente ao trabalho interprofissional em saúde, tanto no âmbito da própria APS quanto no apoio matricial a ela ofertado pela Rede de Atenção Psicossocial. Tal característica coincide com as premissas de Reeves (2016), o qual atribui à Educação Interprofissional (EIP) uma forma de se estabelecer cuidados em saúde mais eficazes, seguros e de maior qualidade por ocasião da atuação colaborativa de diferentes núcleos profissionais.

Embora não haja práticas direcionadas para a SMCA nesse nível da assistência e os profissionais da APS tenham que lidar com a brevidade das consultas e metas assistenciais predefinidas que não abarcam o tema em questão (GAWSKI *et al.*, 2022), há consenso entre os 5 eixos de que a capacitação dos profissionais envolvidos na SMCA é condição imprescindível para o desenvolvimento de uma assistência integral e humanizada, concordante com a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS (BRASIL, 2017). Há registro de que, apesar de os profissionais da APS terem conhecimento da necessidade de atuar junto a esse grupo populacional, experimentam uma sensação de insegurança ao abordar a questão (PEREIRA *et al.*, 2020).

Dois dos eixos (4 artigos) indicam o apoio das instâncias locais de gestão e o redirecionamento de políticas públicas como ferramentas essenciais na consolidação de propostas relacionadas à SMCA. A despeito de Silva *et al.* (2019) afirmarem que existem desafios de adesão por parte dessa população, os quais tornam necessário haver uma linguagem mais apropriada dos profissionais da APS na abordagem a esse público, um dos eixos cita a participação do paciente na inclusão de demandas locais (3 artigos) e dois eixos (4 artigos) reconhecem a família como núcleo de apoio, sentinela de diagnósticos de saúde mental e situações de risco ao suicídio. Conforme destacado por Pinho, Souza e Esperidião (2018), é fundamental que o processo de acolhimento e estabelecimento de vínculos contemple a inclusão e participação da família.

4 CONCLUSÃO

Devido à escassez de produções acadêmicas que atendam aos critérios de inclusão do presente estudo e também em razão do desenho de pesquisa escolhido, os resultados obtidos não possibilitam o emprego de testes de correlação estatística que permitam validar a hipótese de que a capacitação da abordagem profissional ao adolescente na Atenção Primária à Saúde pode interferir no status mental deste paciente. Fatos como a heterogeneidade dos métodos empregados em cada estudo, a população estudada, as intervenções avaliadas e a aferição dos resultados impedem tal pragmatização. Entretanto, excertos extraídos dos artigos amostrais somados à literatura científica atual apontam que a formação dos profissionais envolvidos na SMCA é condição imprescindível para o desenvolvimento de uma assistência integral e humanizada.

Assim sendo, sugere-se como recomendação para intervenções futuras o desenvolvimento de iniciativas de EIP em Saúde Mental, por parte das instâncias locais de gestão, voltadas para a Educação Permanente de profissionais da APS, englobando os princípios da humanização, integralidade e atuação intersetorial e contando com o apoio matricial de serviços especializados.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. **Persona**, São Paulo, 70. ed., 2011.

BRASIL. A experiência da diretriz de Ambiência da Política Nacional de Humanização. **Ministério da Saúde**, Brasília, ed. 1, 2017.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 12 de julho de 1990. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 16 de julho de 1990, ano 102, p. 13563.

COLTURATO, J. C.; PAIVA, I. B. Rodinha de conversa - um olhar para a saúde mental infantil na atenção básica. **Bol. Inst. Saúde (Impr.)**, São Paulo, v. 19, p. 84-86, 2018.

FATORI, D. *et al.* Prevalência de problemas de saúde mental na infância na atenção primária. **Ciênc. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 3013-3020, set. 2018.

GAWSKI, A. *et al.* Saúde mental da criança e adolescente na atenção básica: revisão integrativa da literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 4, p. 32421–32445, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n4-634. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/47284>. Acesso em: 4 nov. 2023.

LUCAS, L. S.; ALVIN, A.; PORTO, D. M.; SILVA, A. G.; PINHEIRO, M. I. C. Impactos da pandemia de Covid-19 na saúde mental de crianças e adolescentes: orientações do departamento de psiquiatria da infância e adolescência da Associação Brasileira de Psiquiatria. **Debates em Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 74–77, 2020.

MATEUS, M. D. *et al.* O sistema de saúde mental no Brasil: Políticas e desafios futuros. **Intern. J. Mental Health System**, v. 2, n. 1, p. 12, 2008.

PAULA, C.S. *et al.* Prevalence of psychiatric disorders among children and adolescents from four Brazilian regions. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 37, n. 2, p. 178-179, abr. 2015.

PEREIRA, R.M.P; AMORIM, F.F; GONDIM, M.F.N. A percepção e a Prática dos profissionais da Atenção primaria a saúde sobre a saúde mental. **Interface**, Botucatu, 2020.

PINHO, E.S; SOUZA, A.C.S; ESPERIDÃO, E. Processos de trabalho dos profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial: revisão integrativa. **Ciênc. Saúde Colet. (Impr.)**, Goiás, v. 23, n. 1, p. 141-151, 2018.

REEVES, S. Why we need interprofessional education to improve the delivery of safe and effective care. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, n. 56, p. 185–197, jan. 2016.

SILVA, G. V.; SOARES, J. B.; SOUSA, J. C.; KUSANO, L. A. E. Promoção de saúde mental para adolescentes em uma escola de ensino médio - Um relato de experiência. **NUFEN**, vol. 11, no. 2, Belém, maio/agosto de 2019. DOI:

<http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol111.nº02rex28>.

SILVA, J. F. et al. Adolescência e saúde mental: a perspectiva de profissionais da Atenção Básica em Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e18063, 2019.

SOUZA, T. T. *et al.* Promoção em saúde mental de adolescentes em países da América Latina: uma revisão integrativa da literatura. **Ciênc. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2575–2586, jul. 2021.

YOSHIKAWA, H. *et al.* Effects of the Global Coronavirus Disease-2019 Pandemic on Early Childhood Development: Short- and Long-Term Risks and Mitigating Program and Policy Actions. **J. pediatr. (St. Louis)**, St. Louis, v. 223, p. 188-193, 18 mai. 2020.